



PUBLICAÇÕES PARTICULARES

Edital de Convocação

RIO CLARO AGROINDUSTRIAL S.A.
CNPJ nº 08.598.391/0001-08 – NIRE 52.300.011.949

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da Rio Claro Agroindustrial S.A. (a "Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 29 de julho de 2015, às 8h, na sede da Companhia, localizada no Município de Caçú, Estado de Goiás, na Fazenda Santo Antônio, s/nº, Zona Rural, CEP 75813-000, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: (i) aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2015; (ii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de março de 2015; (iii) fixação do limite global da remuneração anual dos Administradores da Companhia para o corrente exercício; e (iv) substituição de membros do Conselho de Administração.

Caçú, 23 de julho de 2015.
RIO CLARO AGROINDUSTRIAL S.A.
Alexandre Perazzo de Almeida
Presidente do Conselho de Administração

63.720

Balanços

Instituto de Gestão em Saúde - "Instituto Gerir"
Hospital de Urgências de Goiânia Dr. Valdemiro Cruz - "HUGO"
CNPJ 14.963.977/0001-19

Balanços Patrimoniais levantados

(Em Reais 1)

Ativo	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição	3.273.834	4.867.597
Créditos a Receber - Com Restrição	4.424.186	-
Outros Créditos	170.622	5.261
Estoques - Com Restrição	3.205.638	1.980.968
Impostos a Recuperar	252.629	-
	11.326.909	6.853.826
Não-circulante		
Investimentos	70.000	70.000
Imobilizado - Bens de Terceiros - Com Restrição	9.783.895	528.209
	9.783.895	528.209
Total do Ativo	21.180.804	7.452.035

Passivo	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Fornecedores	4.408.320	3.504.809
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	4.381.056	2.386.764
Obrigações Tributárias	850.090	140.030
Convênios a Realizar	-	230.839
Imobilizado a Restituir ao Estado	110.714	-
	9.750.180	6.262.443
Não-circulante		
Provisão para Contingências	1.711.443	650.383
Provisão para Demandas Judiciais	46.000	11.000
	11.430.624	1.189.592

Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social	-	-
Superávit do Exercício	-	-

Total do Passivo + Patrimônio Líquido 21.180.804 7.452.035

Demonstração do Fluxos de Caixa - Método Indireto para os exercícios findos

em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais 1)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2013	31/12/2012
Superávit do Exercício	-	-
Créditos a Receber - Com Restrição	4.424.186	-
Depreciação e Amortização	110.715	14.498
	110.715	14.498

Superávit ajustado

(Aumento) Redução Créditos a Receber	(4.424.186)	-
(Aumento) Redução Outros Créditos	(165.361)	(5.261)
(Aumento) Redução Estoques	(1.224.670)	(1.980.968)
(Aumento) Redução Impostos a Recuperar	(252.629)	-
Aumento (Redução) Fornecedores	903.511	3.504.809
Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	1.994.292	2.386.764
Aumento (Redução) Obrigações Tributárias	710.060	140.030
Aumento (Redução) Provisões para Contingências	1.061.060	650.383
Aumento (Redução) Convênios a Realizar	(230.839)	230.839
Aumento (Redução) Provisões para Demandas Judiciais	35.000	11.000

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.593.763)	4.937.597
--	-------------	-----------

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Redução (Aumento) Investimentos	-	(70.000)
(Aumento) Redução Imobilizado	(9.366.401)	(542.707)

Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimento	(9.366.401)	(612.707)
---	-------------	-----------

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	9.255.686	528.209
--	-----------	---------

Aumento (Redução) Imobilizado a Restituir Estado	9.255.686	528.209
--	-----------	---------

Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.593.763)	4.867.597
---	-------------	-----------

Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4.867.597	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	3.273.834	4.867.597

	(1.593.763)	4.867.597
--	-------------	-----------

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais 1)

	Notas	Patrimônio Social	Superávit do exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-

Superávit do exercício	-	-	-	-
------------------------	---	---	---	---

Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-
---------------------------------	---	---	---	---

Demonstração do Fluxos de Caixa - Método Indireto para os exercícios findos

em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais 1)

	31/12/2013	31/12/2012
--	------------	------------

Receita com Atividades de Saúde (Contrato de Gestão) - Com Restrição	112.698.142	33.018.652
--	-------------	------------

(Custos) Despesas com Atividades de Saúde (Contrato de Gestão)	(111.381.351)	(32.452.493)
--	---------------	--------------

Custos com Materiais e Medicamentos	(15.906.698)	(6.285.676)
Custos com Pessoal	(26.837.012)	(7.031.690)
Custos com Tributos	(380)	(1.510)
Custos com Serviços de Terceiros	(26.718.471)	(16.373.104)
Depreciação	(110.715)	(14.498)
Outros Custos	(1.713.784)	-
Glosas de Contrato	(30.910.817)	-

Resultado Operacional	1.316.791	566.159
-----------------------	-----------	---------

Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(1.096.060)	(611.476)
---	-------------	-----------

Outras Receitas	-	49.907
Provisão para Contingências	(1.050.060)	(650.383)
Provisão para Demandas Judiciais	(46.000)	(11.000)

Resultado Operacional	220.731	(45.317)
-----------------------	---------	----------

Receitas Financeiras	-	6.3017
Despesas Financeiras	(220.731)	(17.700)
Resultado Financeiro Líquido	(220.731)	45.317

Superávit do Exercício	-	-
------------------------	---	---

David Benedito Chaves
Contador CRC GO 006595/O-6
CPF - 122.403.031-15

Eduardo Reche de Souza
Presidente

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis findas em 31/12/2013

1) Contexto operacional

O Instituto de Gestão em Saúde – IGES ou Instituto Gerir é uma associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social, filantrópica, dirigida ao ensino, a pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, a proteção e preservação do meio ambiente, a cultura, a assistência social e especialmente à saúde.

· Promover gratuitamente a saúde, observando-se a forma complementar de participação da organização;

· Promover ações e prestar serviços, gratuitamente, de atenção as necessidades do desenvolvimento humano e social, priorizando as pessoas que se encontram em situação de risco;

· Promover o desenvolvimento integral do ser humano, através da busca e construção de propostas efetivas de promoção e proteção a vida individual e coletiva;

· Elaborar, promover, executar e apoiar estratégias e ações inovadoras visando o desenvolvimento humano e social, nas áreas de atuação desenvolvidas;

· Contribuir para o estabelecimento de políticas pública e programas inter-setoriais nos níveis federal, estadual e municipal, visando garantir a universalidade e a qualidade da atenção ao ser humano e a proteção a sua família, na perspectiva de concretizar o direito e as oportunidades de acesso aos bens socioculturais necessários ao desenvolvimento humano e social;

· Promover o estabelecimento de intercâmbios, a produção de pesquisas e publicação, bem como a realização de eventos, reuniões, círculos de estudos, conferências, debates, cursos, palestras, seminários, e outro fins, visando a divulgação de resultados observados nos seus projetos, a troca de informações e construção/difusão de conhecimento desenvolvidos pelo Instituto;

· Prestar serviços gratuitos, permanentes, e sem qualquer discriminação de clientela, na área específica de atendimento aqueles que deles necessitarem.

Nesta condição, celebrou contrato com o Estado de Goiás para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços

de saúde do Hospital de Urgências de Goiânia Dr. Valdemiro Cruz - "HUGO" - Contrato 0064/2012, em maio de 2012.

2) Principais práticas contábeis

2.1) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e a legislação específica, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, de acordo com a Resolução CFC - 1.409/12 que aprova a ITG 2002 e tem por objetivo estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros, combinada com a NBC TG 1000 (CPC/PME) Contabilidade para pequenas e Médias Empresas.

2.2) As demonstrações contábeis foram elaboradas em Real que é a moeda funcional do Brasil.

2.3) O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Técnico e Diretoria Executiva. Desta forma, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. Desta forma os valores lançados a título de gratuidades referem-se a serviços prestados ao Instituto Gerir pelo Diretor Presidente e Tesoureiro, os quais foram avaliados ao preço de mercado acrescidos dos encargos tributários, cujo total foi rateado em função da receita mensal de cada contrato de gestão.

2.4) Renúncia Fiscal

Refere-se a apuração e provisionamento dos tributos sobre as receitas do exercício, como se devidos fossem, caso a entidade estivesse obrigada ao pagamento dos encargos tributários sobre suas rendas. Desta forma, a entidade não gera base de cálculo para a incidência do IRPJ, CSLL, COFINS e ISSQN, estando sujeito tão somente ao INSS Patronal e ao PIS, com incidência à alíquota de 1%(um) por cento sobre o total da folha de pagamento.

2.5) Subvenções Recebidas pela Entidade

Referem-se às receitas advindas do Contrato de Gestão, as quais estão contabilizadas em contas de obrigações no passivo do Instituto, sendo revertidas ao resultado no mês de sua efetiva execução e preservadas no Ativo Circulante até o efetivo recebimento.

2.6) Recursos de Aplicação Restrita e as Responsabilidades de tais Recursos

Refere-se à totalidade dos recursos recebidos do contrato de gestão executado em 2013, cuja aplicação é vinculada ao objeto pactuado.

2.7) Recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador

Não houve registros de doações recebidas no exercício de 2013.

2.8) Eventos Subsequentes à data do encerramento do exercício

Foi renovado por mais 12(doze) meses o Contrato de Gestão de nº 064/2012/SES/GO, por meio do Segundo Termo Aditivo em 21/05/2013, conforme faculta o Art. 57, II, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, com recursos a ser repassado ao Instituto.

2.9) Taxas de juros, datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo

As obrigações constantes no Balanço de 31/12/2013 estão reconhecidas pelo seu valor original.

2.10) Seguros Contratados

Em 2013 foi contratado Seguro contra Incendio para o Imóvel sede da Entidade.

2.11) Critérios e procedimentos de registro contábil de depreciação

Os bens imobilizados estão registrados em grupo próprio como Imobilizados com restrição, e são depreciados pelo método linear a taxas que levam em consideração o período de vida útil: Máquinas e Equipamentos 10%, Computadores e Periféricos 20%, Moveis e Utensílios 10%.

2.12) Segregação de Recursos próprios e de terceiros

Todos os recursos movimentados em 2013, são de origem do contrato de gestão e prevalecem segregados da movimentação de recursos próprios do Instituto.

2.13) Gratuidades Praticadas

Até o encerramento do exercício não houveram gratuidades praticadas para com terceiros.

2.14) Testes de Recuperabilidade

A administração da entidade entendeu que, os bens adquiridos e registrados no Ativo Permanente, para atender a operacionalização do contrato de gestão, que no exercício findo em 31/12/2013 não haveria necessidade de realizar os testes de recuperabilidade, em função do tempo de aquisição e o estado de conservação dos bens adquiridos.

2.14) Patrimônio Social

O Patrimônio Social não apresenta saldo no encerramento do exercício, em razão dos valores movimentados serem todos de origens do Contrato de Gestão celebrado com o Estado.

David Benedito Chaves
Contador CRC GO 006595/O-6
CPF - 122.403.031-15

Eduardo Reche de Souza
Presidente